

[illegible]

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	10.865.388	10.841.452	10.794.482	4.233.577	16.744.356	11.256.280	11.115.547	11.331.044	11.232.626	11.399.889	11.433.000	11.279.401	132.527.049	18.652
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	57.409	-	30.466	2.044.068	-	3.914	-	118.139	1.465	29.561	76.993	-	2.365.060	18.652
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.807.978	10.841.452	10.764.016	2.189.509	16.744.356	11.252.366	11.115.547	11.212.904	11.231.161	11.370.328	11.356.007	11.276.358	130.161.988	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	22.040.646	21.900.622	41.664.482	36.539.250	29.679.847	22.697.836	22.695.100	22.423.611	22.546.562	22.703.491	22.409.538	22.488.615	309.789.605	221.964

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095,045,15	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	310.011.570,05	0,040243
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	802.383.335,16	0,104158
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	762.264.168,40	0,098950
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	722.145.001,64	0,093742

FONTE: SIAFI emitido pela SOF/COFIN (TRE-RJ) e SOF/COFIC (TSE) em 20/09/18.

Notas:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço - art. 63 da Lei nº 4.320/64;
- Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64;

2. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013;

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 637, publicada no D.O.U de 20 de setembro de 2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2017 A AGOSTO 2018

<i>R\$ 1,00</i>	
	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	442.557.271,56
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	132.545.701,51
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	310.011.570,05
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)				770.352.095.045,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,040243%	
				% DA RCL	VALOR
Limite Máximo	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,104457%	804.686.687,92
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,104352%	803.877.818,22
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,104158%	802.383.335,16
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

##ASS(A)FERNANDO JOSÉ DA FONSECA
##CARSECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

##ASS(A)ELIZABETH SILVA VIANA
##CARSECRETÁRIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

##ASS(A)ADRIANA FREITAS BRANDAO CORREIA
##CARDIRETORA-GERAL